

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

Diversidade sexual e de gênero a partir da percepção de pessoas professoras de Ensino Médio

Matheus Henrique Vivian, Jean Von Hohendorff

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11940>

Submetido em: 2025-05-08

Postado em: 2025-05-21 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE PESSOAS PROFESSORAS DE ENSINO MÉDIO

MATHEUS HENRIQUE VIVIAN

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8146-7811>
<psicomatheusvivan@gmail.com>

JEAN VON HOHENDORFF

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7414-5312>
<jhohendorff@gmail.com>

¹ Atitus Educação. Passo Fundo, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

² Atitus Educação. Passo Fundo, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

RESUMO: O Brasil é um país marcado por diversas violências contra pessoas LGBTQIA+. Apesar de a escola ser um ambiente que deva promover o desenvolvimento social, acaba reproduzindo estas violências. Desse modo, o objetivo deste estudo foi conhecer a percepção, conhecimento, preparo e manejo de pessoas professoras de Ensino Médio acerca da diversidade sexual e de gênero na adolescência. Para isso, foram entrevistadas 10 pessoas professoras de Ensino Médio de duas escolas públicas, sendo usado um questionário sociodemográfico e um roteiro de entrevista semiestruturado com cinco casos para discussão. Trata-se de um estudo qualitativo cujos dados foram analisados por meio da análise temática. Por meio dos resultados, é nítido que as pessoas professoras possuem uma compreensão superficial da diversidade sexual e de gênero e da LGBTfobia. O manejo da discriminação é momentâneo e ocorre somente diante de casos de violência, não há movimentos de prevenção. Temas como a diversidade sexual e de gênero não são abordados em sala de aula devido a insegurança, falta de apoio, de conhecimento e preparo. Conclui-se que é necessário ampliar a percepção da diversidade sexual e de gênero, violência e LGBTfobia, revisar os currículos dos cursos de licenciatura, abordar ao longo de todo ano letivo a discriminação e capacitar as pessoas professoras para lidarem de maneira adequada com as demandas das pessoas estudantes LGBTQIA+ no ambiente escolar.

Palavras-chave: professores escolares, minorias sexuais e de gênero, preconceito, discriminação social, educação

SEXUAL AND GENDER DIVERSITY FROM THE PERSPECTIVE OF HIGH SCHOOL TEACHERS

ABSTRACT: Brazil is a country marked by various forms of violence against LGBTQIA+ people. Although the school should be an environment that promotes social development, it often reproduces these forms of violence. Therefore, the aim of this study was to understand the perception, knowledge, preparedness, and management of sexual and gender diversity in adolescence by high school teachers.

To this end, 10 high school teachers from two public schools were interviewed, using a sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview script with five cases for discussion. This is a qualitative study, and the data were analyzed through thematic analysis. The results clearly show that teachers have a superficial understanding of sexual and gender diversity and of LGBTphobia. The handling of discrimination is reactive and occurs only in response to violent incidents—there are no preventive measures. Topics such as sexual and gender diversity are not addressed in the classroom due to insecurity, lack of support, knowledge, and preparation. It is concluded that it is necessary to broaden the perception of sexual and gender diversity, violence, and LGBTphobia; to review the curricula of teaching degree programs; to address discrimination throughout the academic year; and to train teachers to adequately respond to the needs of LGBTQIA+ students within the school environment.

Keywords: school teachers, sexual and gender minorities, prejudice, social discrimination, education

DIVERSIDAD SEXUAL Y DE GÉNERO DESDE LA PERCEPCIÓN DE DOCENTES DE EDUCACIÓN SECUNDARIA

RESUMEN: Brasil es un país marcado por diversas formas de violencia contra personas LGBTQIA+. Aunque la escuela debería ser un espacio que promueva el desarrollo social, a menudo reproduce estas violencias. Por lo tanto, el objetivo de este estudio fue conocer la percepción, el conocimiento, la preparación y el manejo de la diversidad sexual y de género en la adolescencia por parte de docentes de la educación secundaria. Para ello, se entrevistó a 10 docentes de secundaria de dos escuelas públicas, utilizando un cuestionario sociodemográfico y un guion de entrevista semiestructurado con cinco casos para discusión. Se trata de un estudio cualitativo cuyos datos fueron analizados mediante análisis temático. Los resultados muestran claramente que los docentes tienen una comprensión superficial de la diversidad sexual y de género y de la LGBTfobia. El manejo de la discriminación es momentáneo y ocurre solo ante casos de violencia; no existen medidas preventivas. Temas como la diversidad sexual y de género no se abordan en el aula debido a la inseguridad, la falta de apoyo, conocimiento y preparación. Se concluye que es necesario ampliar la percepción sobre la diversidad sexual y de género, la violencia y la LGBTfobia; revisar los planes de estudio de los cursos de formación docente; abordar la discriminación a lo largo de todo el año escolar; y capacitar a los docentes para que puedan atender adecuadamente las demandas de los estudiantes LGBTQIA+ en el entorno escolar.

Palabras clave: docentes escolares, minorías sexuales y de género, prejuicio, discriminación social, educación

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país marcado por diversos tipos de violências, muitas delas direcionadas a grupos específicos, como a comunidade LGBTQIA+. Nos últimos anos, tal violência vem aumentando, principalmente após os discursos presentes na campanha presidencial de 2018 (Cerqueira & Bueno,

2024). Houve aumento no número de casos de homofobia e transfobia, além de aumento de outros crimes contra a população LGBTQIA+, tais como homicídio e lesão corporal dolosos e homicídio (FBSP, 2024). Ainda pensando em violência, o Programa de Combate à Intimidação Sistemática determina que é dever de toda a sociedade o combate à violência, inclusive da escola (Brasil, 2015). Ressalta-se que a escola tem grande papel na sociedade e nas questões sociais.

A escola aborda questões sociais amplas de forma que, entre suas possibilidades, estão o incentivo ao potencial de seus estudantes e a construção de diferentes visões de mundo (Mishra & Close, 2020). Assim, colocar sobre ela um papel unicamente de ensino de saberes instrumentais e didáticos é redundante e reducionista, tendo em vista as potencialidades do espaço educacional. As instituições de ensino se configuram também em espaços de proteção social (Santos, 2019).

Dentro dos níveis de ensino, quando se fala no Ensino Médio, tem-se que a idade esperada das pessoas estudantes nessa etapa do ensino sejam pessoas de 15 aos 17 anos (Todos Pela Educação, 2021). E, embora a definição e idade estipulada para a adolescência mude a depender do país e cultura, a faixa etária estabelecida como regular para o Ensino Médio compreende o período da adolescência. No Brasil, é considerado como adolescente a pessoa que se encontra no período entre os 12 aos 18 anos (Brasil, 1990), enquanto a Organização Mundial da Saúde determina esse estágio do desenvolvimento entre os 10 aos 19 anos (WHO, 1986).

Durante essa etapa do desenvolvimento, a sexualidade e a percepção dela podem influenciar a autoestima do adolescente e o modo como se dão as suas relações (Papalia & Feldman, 2013). Por isso, quando se é uma pessoa LGBTQIA+, a discriminação experienciada por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero pode levar ao desenvolvimento de consequências sociais negativas, como a própria repressão de sua orientação sexual (Silva et al., 2021). Nesse sentido, a escola acaba por se tornar um espaço com capacidade de proporcionar a vivência saudável ao adolescente de sua identidade. Todavia, o oposto também pode ocorrer, tendo o espaço educacional configurado um espaço hostil permeado de preconceito e discriminação (Matta et al., 2021).

Apesar da violência presente no espaço educacional, existem leis que abrangem o acesso ao ensino e guiam a Educação. A Constituição Federal, por exemplo, determina que a educação é um direito fundamental e deve ser garantida a todas as pessoas (Brasil, 1988). Ao encontro da acessibilidade, a lei de Diretrizes de Bases (LDB) determina como princípios do ensino não apenas a igualdade no acesso, mas de permanência no sistema educacional (Brasil, 1996), direitos violados pela própria LGBTfobia. Ademais, a Educação deve abranger os processos formativos da pessoa estudante, o que inclui a sua prática social (Brasil, 1996) e, as pessoas professoras, devem implementar ações de discussão, prevenção e solução da violência sistemática (Brasil, 2015).

Tendo em vista a forte relação entre a escola e o desenvolvimento social das pessoas estudantes, bem como o cenário brasileiro de preconceito e discriminação contra pessoas LGBTQIA+, faz-se necessário olhar a percepção e o manejo de pessoas professoras de Ensino Médio. Em particular para o manejo de questões referentes a demandas relacionadas à diversidade sexual e de gênero, bem como seu conhecimento e percepção da diversidade.

Diversas pesquisas já foram conduzidas no ambiente escolar referente à diversidade sexual e de gênero. Estudos já realizados indicam que: grupos em desvantagem social não são pensados na inclusão escolar, sendo ela vista como direcionada apenas a pessoas portadoras de necessidades físicas (Zucchetti, 2011): pessoas professoras acreditam que a atração sexual é uma escolha do indivíduo (Neves

et al., 2012); as pessoas professoras também consolidam construtos sociais, como gênero e sexualidade (Ciribelli & Rasera, 2019). Além disso, vale ressaltar que mesmo que a diversidade sexual e de gênero esteja presente no ambiente escolar, ela não está incluída de forma democrática (Souza et al., 2016).

Ainda, esses estudos indicam que: as expressões diversas da sexualidade seguem sendo marcadas pelo preconceito e exclusão (Souza et al., 2014); e o espaço escolar possui diversos mecanismos excludentes, mesmo de forma sutil (Madureira & Branco, 2015). Dessa forma, diversas práticas são reforçadas e mantidas, conservando o modelo heterossexual como superior (Souza et al., 2015), padrões de hierarquia acabam por excluir aqueles que não se enquadram nos padrões heteronormativos (Oliveira Júnior & Maio, 2019). A maioria dos professores apresenta preconceitos e estereótipos em relação à sexualidade humana (Neves et al., 2015).

Embora diversos estudos tenham sido conduzidos no ambiente escolar sobre a percepção de pessoas professoras, há uma carência de estudos que busquem entender de maneira prática como se dá o manejo das pessoas professoras quando se deparam com situações de violência e discriminação. Desse modo, objetiva-se conhecer a percepção, conhecimento, preparo e manejo de pessoas professoras de Ensino Médio acerca da diversidade sexual e de gênero na adolescência.

MÉTODOS

Delineamento

Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo.

Participantes

Participaram deste estudo 10 pessoas professoras de Ensino Médio de duas escolas públicas situadas no norte do Rio Grande do Sul. Para critérios de inclusão no estudo foi estabelecida a necessidade de pelo menos um ano de atuação em escola de rede pública e/ou privada no Ensino Médio e ao menos uma graduação do tipo Licenciatura. Os critérios de exclusão foram a desistência por parte das pessoas profissionais durante a entrevista, que não concordassem com as condições da pesquisa ou estivessem retornando de alguma licença na qual se ausentaram do ambiente escolar. Foram entrevistadas 11 pessoas, sendo uma excluída do estudo por não atuar em sala de aula. A fim de preservar o anonimato das pessoas entrevistadas e suas respectivas escolas, foram adotados nomes fictícios tanto para os indivíduos quanto para as instituições. As escolas foram escolhidas por conveniência. Foi feito contato com quatro escolas públicas e seis escolas privadas, sendo que não houve aceite em participação em nenhuma escola privada.

Todas pessoas participantes se identificaram como cisgênero, sendo a maioria mulheres (n=9), heterossexuais (n=8) e brancas (n=9). Em relação a questões religiosas, a maioria relatou possuir alguma religião, sendo elas católicas (n=3), evangélica (n=1), umbanda (n=1) e outra religião (n=1), enquanto a minoria não possui religião (n=4). Dentre aquelas que possuem religião, a maioria é praticante (n=5). As características sociodemográficas individuais das pessoas professoras podem ser vistas na tabela 1.

Tabela 1

Características sociodemográficas das pessoas participantes

Nome	Idade	Gênero	Orientação Sexual	Etnia	Religião	Praticante
Laércio	58	Homem cisgênero	Heterossexual	Branco	Não possuo religião	Não tenho religião
Elaine	48	Mulher cisgênero	Heterossexual	Branco	Umbanda	Sim
Roberta	41	Mulher cisgênero	Heterossexual	Pardo	Não possuo religião	Não tenho religião
Maísa	47	Mulher cisgênero	Heterossexual	Branco	Outra	Sim
Carol	57	Mulher cisgênero	Outro	Branco	Católica	Sim
Denise	39	Mulher cisgênero	Heterossexual	Branco	Católica	Sim
Sabrina	29	Mulher cisgênero	Heterossexual	Branco	Evangélica	Sim
Juliana	33	Mulher cisgênero	Heterossexual	Branco	Não possuo religião	Não tenho religião
Fernanda	44	Mulher cisgênero	Heterossexual	Branco	Católica	Não
Luana	31	Mulher cisgênero	Bissexual	Branco	Não possuo religião	Não tenho religião

Em relação às questões profissionais, a maior parte relatou receber entre dois e três salários-mínimos (n=8), carga horária entre 20 e 40 horas semanais (n=7) e atuar exclusivamente na rede pública de ensino (n=8). Nenhuma das pessoas participantes possuía curso complementar acerca da diversidade sexual e de gênero. Embora ambas as escolas se localizem na mesma cidade, há uma diferença no contexto de ambas. A Escola Laranja (nome fictício) se encontra no centro da cidade, enquanto a Escola Violeta (nome fictício) está localizada em um bairro mais afastado do centro. As características laborais de cada uma das pessoas participantes podem ser vistas na tabela 2.

Tabela 2

Características laborais das pessoas participantes

Nome	Escola	Salário	Tempo na Educação	Rede de atuação	Carga horária	Formação	Matéria que leciona	Curso complementar
Laércio	Laranja	Entre 2 e 3 salários mínimos	23 anos	Rede pública	Entre 20 e 40 horas	História	Geografia, Filosofia	Não
Elaine	Laranja	Entre 2 e 3 salários mínimos	8 anos	Rede pública	Entre 20 e 40 horas	Letras – Inglês	Português, Literatura, Projeto de Vida	Não
Roberta	Violeta	Entre 3 e 4 salários mínimos	20 anos	Rede pública	Entre 20 e 40 horas	Geografia	Geografia, Estudos Orientados (do EMTI)	Não
Maísa	Laranja	Entre 2 e 3 salários mínimos	20 anos	Rede pública e privada	Entre 20 e 40 horas	Educação Física, Direito - Pedagogia em curso	Educação Física, Projeto de Vida	Não
Carol	Violeta	Entre 2 e 3 salários mínimos	20 anos	Rede pública	60 horas	Letras	Português, Literatura, Redação	Não
Denise	Violeta	Entre 2 e 3 salários mínimos	14 anos	Rede pública e privada	60 horas	Física	Física	Não

Sabrina	Violeta	Entre 2 e 3 salários mínimos	8 anos	Rede pública	Entre 20 e 40 horas	Educação Especial, AEE	Educação Especial	Não
Juliana	Violeta	Entre 2 e 3 salários mínimos	4 anos	Rede pública	Entre 20 e 40 horas	Química	Química	Não
Fernanda	Laranja	Entre 4 e 5 salários mínimos	18 anos	Rede pública	Entre 40 e 60 horas	Letras Espanhol	– Português	Não
Luana	Laranja	Entre 2 e 3 salários mínimos	7 anos	Rede pública	Entre 20 e 40 horas	História	Diferentes trilhas	Não

Instrumentos

Foi utilizado um questionário sociodemográfico (anexo B). Neste questionário foram levantadas características sociais, demográficas e profissionais das pessoas participantes como idade, identidade de gênero, orientação sexual, cor de pele, religião, se é praticante ou não, renda mensal, carga horária, área de formação e atuação em sala de aula e, ainda, se a pessoa possui um curso complementar para o ensino da diversidade sexual e de gênero. O instrumento foi elaborado pelo pesquisador.

Foi utilizado um roteiro entrevista semiestruturado (anexo C). O roteiro continha cinco casos envolvendo demandas relacionadas à diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Os casos fictícios foram desenvolvidos com base em situações comuns do cotidiano de adolescentes LGBTQIA+, em notícias midiáticas, pesquisas prévias e vivências do pesquisador. Além disso, também aborda perguntas abertas sobre: os conhecimentos das pessoas professoras sobre a diversidade sexual e de gênero; materiais e recursos que usam para lidar com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero; conhecimentos sobre preconceito e discriminação; conhecimentos sobre leis, diretrizes e documentos da área da Educação; e como temas como a diversidade sexual e de gênero foram abordadas ao longo de sua graduação.

Procedimentos de coleta de dados

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAEE 77567524.6.0000.5319, Anexo D) e, em seguida, foi entrado em contato com as escolas públicas da cidade. Foi pedido um espaço para realizar um convite às pessoas professoras para a participação da pesquisa, optando-se por escolas em localizações diferentes da cidade. Além disso, também foi feito contato com as escolas da rede privada, porém das seis escolas contatadas, nenhuma aceitou participar da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas de modo presencial (n=4) ou online (n=6) a depender da preferência de cada pessoa participante. No início de cada entrevista foi aplicado o questionário sociodemográfico e, em seguida, foram realizadas as entrevistas, iniciando-se com os casos e seguindo para as perguntas abertas. As entrevistas tiveram duração média de 1 hora e 12 minutos. A entrevista mais curta durou 25 minutos e, a mais longa, 1 hora e 39 minutos. Foi realizada gravação em formato de áudio para posterior transcrição das entrevistas e análise dos resultados. A condução das entrevistas e suas respectivas transcrições foram realizadas pelo pesquisador principal, um homem cisgênero, branco, homossexual, psicólogo clínico e especializando em Terapia Cognitivo-Comportamental. A análise, por sua vez, foi realizada pelo pesquisador principal junto ao auxílio do orientador, um homem cisgênero, branco, homossexual, doutor em Psicologia e docente de ensino superior. A condução das entrevistas e análise foram realizadas de forma simultânea, entre junho de 2024 e janeiro de 2025. Foi realizado um role-play para a condução das entrevistas junto ao orientador e pessoa mestranda para garantir a que as questões abertas estivessem nítidas e compreensíveis, porém não foi realizado estudo piloto.

Análise dos dados

Os dados foram analisados por meio da análise temática reflexiva (Braun & Clarke, 2022), sendo um método de análise que permite a compreensão do conteúdo trazido pelos participantes por

meio de temas, facilitando o entendimento. Foram seguidos os seis passos da análise temática (Braun & Clarke, 2006). Inicialmente, as entrevistas foram ouvidas e transcritas, permitindo a familiarização com seu conteúdo, posteriormente comparadas ao áudio original para verificar a integridade da transcrição. Códigos iniciais foram gerados por meio do uso do software NVivo, sendo posteriormente agrupado de acordo com a similaridade de seu conteúdo. Teve-se frases como unidade de análise. Uma vez agrupados os códigos, foi realizado o primeiro rascunho dos temas, subtemas e suas respectivas descrições, levando em consideração os objetivos do estudo e os conteúdos trazidos pelas pessoas entrevistadas. Em seguida, os temas foram revisados e reescritos para melhor compreensão, sendo excluídos os temas e conteúdos sem relação direto com o objetivo da pesquisa. Após essa etapa, os nomes e descrições dos temas e subtemas foram reescritos, visando mais nitidez de seu conteúdo. Por fim, foi escrito o relatório dos resultados.

RESULTADOS

Os resultados foram organizados conforme os dados trazidos pelas pessoas professoras em relação às suas percepções, preparo, manejo e dificuldades vivenciadas quanto a questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero. A definição dos temas e subtemas objetivou aproximar e conhecer os fatores que influenciam a relação dos professores com a diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar, levando em consideração o papel exercido pela escola no desenvolvimento humano. Assim, foram desenvolvidos quatro temas e nove subtemas. A relação entre temas e subtemas pode ser observada na tabela 3.

Tabela 3

Temas e subtemas

Tema	Subtema
Nós temos conhecimento para trabalhar o tema, mas não tanto	Gênero, sexualidade e diversidade sexual e de gênero
Eu chamo a atenção se precisar, mas não tenho preparo para fazer mais	Documentos legais e da Educação Intervenção das pessoas professoras
Eu tenho minha visão sobre diversidade sexual e de gênero, educação e discriminação, mas não temos consenso	Terceirização do manejo e intervenção Abordagem de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero Discriminação
Nós não sabemos como abordar e manejar questões de diversidade, então não trabalhamos	Manejo e função da Educação Falta de conhecimento, preparo e abordagem como barreira Barreiras na abordagem e manejo de questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero

Tema 1: Nós temos conhecimento para trabalhar o tema, mas não tanto

O primeiro tema aborda os conhecimentos técnicos e teóricos que as pessoas professoras possuem que possam auxiliá-las a abordar ou manejar questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero na escola. O primeiro subtema, “Gênero, sexualidade e diversidade sexual e de gênero”, retrata os conhecimentos que as pessoas professoras possuem sobre as questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual e de gênero. O segundo subtema, “Documentos legais e da Educação”, retrata os conhecimentos que as pessoas professoras possuem sobre documentos legais e da área da Educação. A relação entre o primeiro tema e seus subtemas podem ser observados na tabela 4.

Tabela 4

Exemplos de falas que compõem o tema “Nós temos conhecimento para trabalhar o tema, mas não tanto”, de acordo com seus subtemas

Subtema	Exemplo
Gênero, sexualidade e diversidade sexual e de gênero	"Olha, o que que eu posso dizer sobre do que que eu conheço, assim? Eu acho que... O gênero está ligado a uma identificação que o sujeito faz, independente, não sei se é exatamente isso que eu vou falar, mas independente dele ser homem ou mulher, existe a identificação que ele vai ter." (Denise)
Documentos legais e da Educação	"Conheço um pouquinho do ECA, conheço um pouquinho das DCNs, que é as diretrizes curriculares nacional. BNCC eu conheço um pouco, mas eles são muitos assim, não redundantes, mas eles se repetem muito. Porque é um complemento o outro. " (Fernanda)

O primeiro subtema traz revela que muitas pessoas professoras possuem um entendimento sobre a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero, embora nem sempre consigam explicar essa diferença ou aparentar conhecer tais termos. Exemplo disso é a fala trazida por uma das professoras: “O que eu percebo é muitos casos em que a gente tem meninas que se identificam como meninos. Que a gente tem meninos que se identificam como meninas. A gente tem situações em que a menina, ela... se mantém como menina, mas também tem meninas que elas assumem toda uma característica masculina” (Denise).

Todavia, ainda se faz presente uma confusão entre termos. “Eu sei que tem uma diferença, por exemplo, tem transexual e travesti, por exemplo. Eu sei que tem uma diferença entre essas duas coisas. Que o transexual quer trocar de sexo mesmo, toma hormônio, faz cirurgia, em alguns casos, né? E o travesti, ele gosta de se vestir como outro gênero. Não necessariamente quer virar o outro gênero, né?” (Juliana). Nesse discurso, percebe-se o não entendimento entre as identidades de gênero

mencionadas, relacionando-as ao desejo de procedimentos cirúrgicos. Outras orientações sexuais além de homossexual e heterossexual também são conhecidas.

O segundo subtema retrata que, embora as pessoas professoras tenham citado documentos legais, boa parte não conseguiu se aprofundar no conteúdo de tais documentos. Alguns desses documentos podem ser percebidos, por exemplo, nas falas docentes: “Leis e diretrizes... eu ia ter que pegar o código da BNCC, o ECA...” (Elaine) e “Eu sei o básico, não vou mentir. Eu sei o básico porque é o que a gente usa realmente no dia a dia. Para os concursos, alguma coisa, mas se tu me perguntar agora de forma assim, o que que significa isso e isso e isso, vou te dizer assim, não sei responder” (Maísa). Embora reconheçam a importância destes documentos, muitos não são seguidos na prática cotidiana. Ressalta-se aqui o exemplo da escola Laranja que, de acordo com o relato de uma pessoa professora, não possui um Projeto Político-Pedagógico.

Tema 2: Eu chamo a atenção se precisar, mas não tenho preparo para fazer mais

O segundo tema retrata sobre o manejo que as pessoas professoras possuem para abordar ou trabalhar questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero na escola. O primeiro subtema, “Intervenção das pessoas professoras”, discute as formas que as pessoas professoras intervêm em questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero e discriminação por iniciativa própria.

O segundo subtema, “Terceirização do manejo e intervenção”, traz relatos sobre a terceirização da responsabilidade de intervenção. Por fim, o terceiro subtema, “Abordagem de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero”, aborda sobre os recursos, formas e situações em que as pessoas professoras abordam o tema de diversidade sexual e de gênero. A relação entre o segundo tema e seus subtemas pode ser observada na tabela 5.

Tabela 5

Exemplos de falas que compõem o tema “Eu chamo a atenção se precisar, mas não tenho preparo para fazer mais”, de acordo com seus subtemas

Subtema	Exemplo
Intervenção das pessoas professoras	"Chamaria a atenção deles para não praticar bullying, né? Porque sendo sobre o gênero, sendo sobre a, compreensão física, não se pratica bullying de forma nenhuma, né? Então se eu percebesse uma coisa assim chamaria atenção." (Elaine)
Terceirização do manejo e intervenção	"Eu acho, assim, quando é pai, é melhor a gente passar pra direção, assim, pra gestão, pra coordenação. Porque eles, sim, conseguem ter a maturidade pra conversar sobre isso com os pais." (Juliana)
Abordagem de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero	"É simplesmente uma questão de respeitar. Então, se for só mulheres ou se for só homens, não vai minimizar o caso, porque se tiver que

acontecer, vai acontecer. Então eu trato, que nem eu te disse, eu acabo sempre trazendo exemplos assim de vivências pra que eles consigam pensar [...]." (Roberta)

O primeiro subtema revela que todas as intervenções mencionadas se limitaram apenas em uma intervenção verbal e de chamada de atenção diante de situações de discriminação e preconceito. "Eu acho que adiante dessa situação tem que conversar com esses meninos, chamar os meninos para uma conversa e colocar para eles que o que eles estão fazendo não é correto." (Carol), "Eu iria comentar assim que o preconceito é um atraso." (Laércio) e "Chamaria a atenção deles para não praticar bullying" (Elaine). Apenas uma professora citou ter utilizado uma intervenção além da intervenção verbal: "É uma coisa que eu sempre gosto de usar bastante, apesar de não conseguir fazer com muita frequência, são algumas dinâmicas. Então, talvez fazer uma dinâmica sobre respeito, sobre empatia, sobre como você se sente quando você tá fazendo chacota com você, sabe?" (Juliana).

Outra situação levantada foi a questão do nome social por parte das pessoas alunas. Em relação ao nome social, foram apresentadas diferentes formas de manejo. Algumas pessoas professoras relataram que utilizariam o nome social das pessoas alunas: "Concordaria [com o uso do nome social] e nos meus registros eu anoto a preferência do estudante" (Roberta). Por outro lado, nem todas as pessoas professoras utilizam o nome social de pessoas estudantes, até mesmo por imposição da escola: "[...] dentro do contexto da supervisão da diretoria, eles pedem para que a gente não faça isso [chamar pelo nome social]" (Maísa).

Por meio dos relatos do segundo subtema percebe-se que muitas pessoas professoras optam por terceirizar a responsabilidade pela intervenção para outros setores e serviços da escola. "Eu acho assim que na escola tem o SOE [Serviço de Orientação Educacional], tem o SOE que atende esses casos também" (Carol). Em outras situações, a responsabilidade é direcionada a professores de outras disciplinas. "Eu acredito, deveria encontrar uma área... Uma das áreas que seja mais propícia, o professor que aceite, que goste da causa [...]" (Laércio). Também existe a terceirização para profissionais externos à escola. "[...] ver a possibilidade de trazer alguma pessoa, algum médico, algum... sabe, no caso de situações adversas, psicólogos... para que palestrassem sobre determinados assuntos, sabe. Enfermeiros, enfim, algum profissional da área da saúde que pudesse abordar isso de uma forma ampla" (Maísa).

Os relatos do terceiro subtema revelam que algumas pessoas professoras relataram ter, em algum momento, trabalhado a questão da diversidade em suas aulas. "E eles fizeram um trabalho de pesquisa [os alunos] e eles tinham temas que eles tinham que pesquisar dentro da escola. E uma dessa, uma das questões foi a diversidade [sexual e de gênero]. [...] E a gente fez a leitura com eles. Fomos fazendo a leitura e falando sobre o que que eram essas violências, como que elas se projetavam no ambiente escolar." (Roberta). Todavia, percebe-se que, embora diversas pessoas professoras tenham relatado abordarem o assunto em sala de aula, muitas o fazem de maneira superficial e não aprofundada. Isso pode ocorrer por meio de comentários relacionados ao conteúdo programático ou, então, assuntos como a discriminação são trabalhados por meio do bullying de forma geral, ignorando aspectos específicos de cada violência.

Existem diversos recursos que as pessoas professoras utilizam para trabalhar tais temáticas. Alguns deles podem ser entendidos pelos seguintes discursos: “são textos que elaboram assim, o respeito pela diversidade. A gente cita muito isso daí. A gente trabalha cartazes, ‘Vamos fazer um Painel. Vamos botar nesse Painel o quê?’” (Elaine); “Eu gosto de assistir vídeos na internet, tem até o canal lá. Rita Von Hunty, que eu gosto bastante, que ela fala bastante sobre isso.” (Juliana); e “Livros [didáticos e de ficção], porque a gente recebe livros anualmente na escola, então tem como a gente fazer pesquisa que mais? Eu tenho, eu, eu, esses casos eu trago muitas vezes a cópia.” (Fernanda).

Tema 3: Eu tenho minha visão sobre diversidade sexual e de gênero, educação e discriminação, mas não temos consenso

O terceiro tema discute sobre as percepções e crenças que as pessoas professoras possuem sobre a discriminação e a função da Educação. O primeiro subtema, “Discriminação” são retratadas as percepções que as pessoas professoras possuem da discriminação contra a diversidade sexual e de gênero. O segundo subtema, “Manejo e função da Educação” discute sobre as percepções que as pessoas professoras possuem da função da escola e da forma como a escola, enquanto instituição, lida com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero. A relação entre o terceiro tema e seus subtemas pode ser observada na tabela 6.

Tabela 6

Exemplos de falas que compõem o tema “Eu tenho minha visão sobre diversidade sexual e de gênero, educação e discriminação, mas não temos consenso”, de acordo com seus subtemas

Subtema	Exemplo
Discriminação	"E realmente os guris também fazem isso. Eles afinam, avós brincam, fazem piadinha, as meninas olham sempre com atitudes, vamos colocar assim... um pouco mais desprezíveis, que é olhar de baixo acima e fazer caras feias." (Luana)
Manejo e função da Educação	"Normalmente eu acredito que eles chamaram os pais, em algum caso, em alguns casos, até para, acho que para enviar para psicólogo, alguma coisa assim. Mas é que como eu te falei, porque não volta o feedback, sabe, não volta da escola, às vezes volta do aluno. Aí pronto, 'Estou fazendo acompanhamento psicológico', 'Consegui, falei a sua aula porque eu estava na psicóloga', sabe, mas não volta da escola." (Maísa)

O primeiro subtema traz que a maior parte das pessoas professoras apresentou um entendimento amplo sobre as formas de preconceito e discriminação. “Olhares, caras e bocas, né? Os grupinhos se reunindo, passou. Alguém fazem careta, dão risada, gargalhada alta dão, dão indireta pra pessoa escutar. pequenas coisinhas assim que eu percebo.” (Elaine). Importante ressaltar que, em diversas situações, o preconceito e a discriminação parte das próprias pessoas professoras ou, então, de outros profissionais da escola. “[...] já ouvi em situações assim de outras escolas em que o aluno foi proibido de se vestir da forma como gostaria, porque ‘Isso não era uma roupa é masculina.’” (Roberta). Em determinadas situações, a discriminação se mostra de forma mais sutil, por meio de um tratamento diferente às pessoas LGBTQIA+. “Então a gente tem um casal [hetero] aqui que só Jesus na causa, que anda de um lado para o outro se agarrando, [...] mas os pais não foram chamados por esse motivo [...]. Então casais héteros não são chamados. [...] mas [os pais] dos [casais] homossexuais sim. Teve meninas que foram chamados os pais porque estavam namorando, meninos que foram chamados porque uma coisa ou outra tipo tão de mão dada, coisas assim.” (Luana).

O segundo subtema, “Manejo e função da Educação”, revela que, em geral, foi dito que o modo da escola lidar, quando há alguma intervenção, é chamar os pais ou realizar encaminhamentos. “Então, se eu percebo que é uma coisa mais grave e que é necessário, talvez, uma conversa até com a própria família, porque às vezes a família precisa também de orientação.” (Denise) e “Normalmente eu acredito que eles chamaram os pais, em algum caso, em alguns casos, até para acho que para enviar [a pessoa vítima de discriminação] para psicólogo, alguma coisa assim [...]” (Maísa). Todavia, pode ser difícil afirmar que, para além de suas percepções, as pessoas professoras saibam de fato como acontece o manejo de situações envolvendo discriminação, uma vez que nem sempre possuem retorno de tais demandas.

Importante ressaltar que é perceptível uma diferença nítida entre a forma como as escolas percebem e manejam a diversidade, ao menos no que diz respeito à questão do acolhimento. Embora ambas se localizem na mesma cidade, as pessoas professoras trouxeram percepções diferentes de cada ambiente. Por um lado, a Escola Laranja é lida como tradicional, de forma que temáticas relacionadas a sexualidade e diversidade sexual e de gênero são silenciadas: “E querendo ou não, muitos colocam que a Escola Laranja é uma escola... Como é que eu vou dizer? Tradicional, e isso implica muito e é muito complicado por isso [...]” (Luana). Por outro lado, a Escola Violeta é lida como uma escola mais inclusiva em relação à diversidade: “Ali na escola que eu trabalho, na Escola Violeta, especialmente, eu acho que eles [alunos] são bem acolhidos. Inclusive, assim, a gente... Tenho ouvido alguns feedbacks dos alunos de que a escola, os professores são acolhedores, compreensivos, que eles se sentem bem, sabe?” (Denise).

Tema 4: Nós não sabemos como abordar e manejar questões de diversidade, então não trabalhamos

O quarto tema traz relatos sobre os fatores que dificultam ou impedem a abordagem e o manejo de questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero pelas pessoas professoras. O primeiro subtema, “Falta de conhecimento, preparo e abordagem como barreira”, retrata a falta de conhecimento e preparo das pessoas professoras em relação a temas relacionados à diversidade sexual e de gênero como barreira da diversidade. O segundo subtema, “Barreiras na abordagem e manejo de questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero”, discute sobre os fatores que impedem ou dificultam que as pessoas

professoras trabalhem temas e manejem questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero na escola. A relação entre o quarto tema e seus subtemas pode ser observada na tabela 7.

Tabela 7

Exemplos de falas que compõem o tema “Nós não sabemos como abordar e manejar questões de diversidade, então não trabalhamos”, de acordo com seus subtemas

Subtema	Exemplo
Falta de conhecimento, preparo e abordagem como barreira	"Ah, eu sei... Eu sei que tem uma diferença, por exemplo, tem transexual e travesti, por exemplo. Eu sei que tem uma diferença entre essas duas coisas. Que o transexual quer trocar de sexo mesmo, toma hormônio, faz cirurgia, em alguns casos, né?" (Juliana)
Barreiras na abordagem e manejo de questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero	"Então, querendo ou não, é um assunto que a gente precisa tratar na escola, mas é um assunto muito delicado. E como eu disse, que por vezes a gente pode ser mal interpretado." (Denise)

O primeiro subtema traz que, apesar de conhecerem algumas identidades de gênero e orientações sexuais, as pessoas professoras não possuem conhecimentos que vão além dos termos da sigla da comunidade LGBTQIA+. O sentimento é de que não há preparo para lidar com as possíveis demandas que possam ocorrer no ambiente escolar. “Eu não me sinto preparado para falar sobre o tema.” (Laércio); e “A gente tem muito pouco acesso e muito pouca formação para lidar com isso aí.” (Elaine). Ressalta-se, ainda, que a própria graduação não prepara os profissionais para sua atuação em sala de aula, limitando-se ao conhecimento técnico e, desse modo, criando uma distância entre o conteúdo aprendido e a realidade vivenciada. Essa distância se torna nítida no seguinte relato: “Eu tinha aula lá de educação não sei das quantas e falava de Piaget, falava de Vygotsky, mas não falava disso [inclusão e diversidade sexual e de gênero]. Você entende? É ótimo saber de Piaget e Vygotsky, eu não tô falando que não, mas e isso? Isso que tem no meu dia a dia hoje. O que eu aprendi sobre Piaget e Vygotsky que eu dificilmente aplico, porque é mais pra criança. Mas eu trabalho com adolescente. Química pra trabalhar com adolescente. E isso, e como lidar com gênero, com a identidade de gênero, tudo que eu... A maioria das coisas que eu falei pra você que eu sei, eu fui atrás de curiosa. [...] Eu sinto que realmente, a minha formação foi extremamente tecnicista.” (Juliana). A falta de abordagem destas temáticas por parte da escola e das pessoas docentes é um fator crucial, entende-se que, ao não se trabalhar estes temas, o preconceito e a discriminação são mantidos e reforçados no ambiente escolar.

O segundo subtema retrata que os profissionais da Educação se encontram em um contexto de sobrecarga, adoecimento mental e sem recursos para exercer um trabalho de qualidade. “[...]você vai ver que todos, sem exceção, estão doentes por causa do tipo de aula que a gente tem que dar.” (Elaine). As questões e atividades burocráticas, por exemplo, acabam se tornando excessivas. Desse modo, não é apenas o tempo das pessoas professoras que é consumido, mas sua energia também, de modo a gerar ainda mais sobrecarga nos profissionais. Um exemplo nítido é o seguinte relato: “Nós temos planilhas

assim infinitas, a gente conclui uma planilha já vem o Estado já pede para fazer outra planilha [...], e a gente perde muito tempo na burocracia das planilhas, que às vezes a gente faz quatro planilhas que vai ser o mesmo resultado, é a mesma planilha que abordam quatro coisas diferentes.” (Maísa). Desse modo, a burocracia exigida para se realizar um projeto de trabalho ou atividade na escola é algo que leva à desistência das pessoas professoras, deixando a ideia de lado.

Não obstante, a simples ideia de trabalhar temáticas como a diversidade sexual e de gênero invoca medo e insegurança nos professores, sobretudo no que diz respeito à possível reação dos pais das pessoas estudantes. “É que assim, pai, é uma situação tão complicada que, assim, eu tenho um pouco de receio de falar com o pai, confesso.” (Juliana). Embora algumas pessoas professoras tenham levantado questões legais importantes sobre o exercício de sua função, as barreiras em suas práticas e a insegurança que possuem são tão nítidas que a lei perde sua importância, não tendo relevância. A própria escola é, por si só, uma das maiores barreiras na prática docente. As pessoas professoras com frequência se encontram em situação nas quais são limitadas pela própria direção e coordenação que interferem diretamente em seu trabalho. Dessa forma, a depender do assunto a ser trabalhado, as pessoas professoras são censuradas pela própria escola. Isso pode ser percebido pelo seguinte relato: “E essas próprias pessoas [profissionais da escola, direção e coordenação] arrancam o negócio na parede [cartazes de um trabalho das pessoas estudantes envolvendo questões de gênero], sem ler, sem entender que não tem... A questão política ali tem a questão sobre o feminicídio e sobre o direito delas mesmas. Imagina a questão de gênero e diversidade sexual?” (Luana).

DISCUSSÃO

Em relação ao conhecimento e preparo, as pessoas professoras percebem que não possuem preparo para manejar questões relacionadas às demandas da população LGBTQIA+ que possam aparecer na escola. A dificuldade em abordar temas como sexualidade e homofobia é uma consequência por não conhecer estas temáticas ou mesmo por convicções religiosas, além de nem todas estarem dispostas ao diálogo (Barreto & Santos, 2021), além do fato de essas questões não terem sido abordadas durante suas graduações (Silva et al., 2021). Das pessoas entrevistadas, embora reconheçam que não possuem tal conhecimento e que a graduação não as preparou para o cenário real, poucas relataram buscar informação por conta própria e nenhuma relatou possuir algum curso complementar de formação.

Sendo vista como um tabu, a compreensão da sexualidade se encontra limitada aos seus aspectos biológicos, mesmo dentre as pessoas professoras que desejam saber mais (Silva & Schwendler, 2022). Em questões de prevenção a IST's, foram citados métodos de cuidado e prevenção como a camisinha, o que reflete, principalmente, a concepção da relação sexual voltada para a penetração. Não foram mencionadas práticas de cuidado e prevenção voltadas para a relação entre pessoas do mesmo sexo. Ou seja, as práticas pedagógicas atuais acabam por silenciar modelos de sexualidade que sejam diferentes da heteronormatividade (Rios & Dias, 2020).

Esse mesmo discurso de heteronormatividade é reproduzido pelos docentes no cotidiano da escola, não apenas pela falta de informação, mas também por não abordarem tais temáticas em sala de aula (Silva et al., 2021). Um exemplo nítido foi o uso dos termos “normal” e “opção sexual” que apareceram no discurso de algumas pessoas entrevistadas. Embora bem intencionadas, o uso de tais termos reflete percepções errôneas da diversidade sexual e de gênero, reforçando ideias como a possibilidade de escolha da orientação sexual e uma suposta normalidade para as relações humanas.

Todavia, as características associadas aos gêneros são construídas por meio de diversas formas no cotidiano, como por meio de relatos verbais e mesmo pelo uso de brinquedos (Beauvoir, 1967). Não apenas o discurso da heteronormatividade é reproduzido pelas pessoas professoras como estas também participam do processo de construção de gênero das pessoas estudantes.

Apesar de não terem preparo, há diversos recursos que as pessoas professoras podem explorar a fim de abordar temas como sexualidade, gênero e diversidade sexual e de gênero na sala de aula. As pessoas entrevistadas levantaram o uso de textos, internet, livros didáticos e de ficção, vídeos e canais do YouTube, uso de estatística e até mesmo cartazes e o desenvolvimento de projetos para com as pessoas estudantes. Além destes, existem outras possibilidades a serem exploradas, tais como palestras, cursos e filmes (Francisco et al., 2019), brainstormings e fóruns (Pereira & Cavalcante, 2021) e até mesmo as artes plásticas como material educativo (Altmann, 2013).

Um recurso que se destacou dos demais foram os grupos extraclasse para discussão de temas diversos (Oliveira & Dias, 2019). Se estendendo para além da sala de aula e horário de aula, se tratam de grupos com objetivo de discutir temas relevantes e do interesse das pessoas alunas. É importante ressaltar que é direito da criança e do adolescente o direito à liberdade de expressão, o direito de se organizar e participar de entidades estudantis e a livre expressão de atividades culturais, científicas e artísticas (Brasil, 1990). Em acordo a isso, também se tem a organização de estudantes, uma entidade autônoma que representa os interesses das pessoas estudantes com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais (Brasil, 1985). Desse modo, entende-se que as pessoas estudantes têm direito à organização em grupo, além da promoção de atividades e discussão sobre temas de seu interesse (i.e. sexualidade, gênero e diversidade sexual e de gênero) dentro do ambiente escolar.

Sobre o manejo das pessoas professoras em situações de discriminação ou outras demandas dos alunos LGBTQIA+, percebe-se que as intervenções são limitadas e não há consenso quanto ao manjo, ficando a cargo das pessoas professoras a decisão. Em particular, a LGBTfobia não é trabalhada ou sequer abordada e, em vez disso, as pessoas professoras relatam trabalhar o bullying de forma geral. A ausência desse trabalho se torna preocupante, uma vez que a maioria dos professores já presenciou cenas de bullying praticado contra estudantes que se declararam homossexuais (Francisco et al., 2019).

Mesmo quando as intervenções ocorrem, elas se mostram limitadas. Costuma-se conversar com os envolvidos ou encaminhá-los à direção, de forma que a situação é lidada de forma rápida e momentânea, minimizando a violência (Mota & Coimbra, 2021). Isso vai ao encontro do relatado pelas pessoas entrevistadas, a maioria se limitando a intervenções verbais breves e pontuais. Poucas intervenções foram relatadas além da intervenção verbal pontual, sendo que, em relação à violência, apenas uma das pessoas professoras relatou trabalhar com dinâmicas durante o horário de aula.

Diferente do bullying geral, o bullying LGBTfóbico é um tipo mais específico de bullying que tem como base a orientação sexual e a identidade de gênero percebidas (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 2013). E mesmo dentro do bullying LGBTfóbico, a LGBTfobia pode se apresentar de diferentes formas, tais como: cognitiva, afetiva, liberal, comportamental e internalizada (Reis, 2015). Tendo em mente a especificidade desse tipo de violência, são necessárias intervenções específicas que levem em consideração a orientação sexual e a identidade de gênero das pessoas. Tal postura, no entanto, vai de encontro às atitudes das pessoas professores que acabam por desconsiderar a identidade das pessoas estudantes como uma característica importante.

Concomitante a esse cenário, também há situações em que, mesmo presenciando a violência, as pessoas professoras não realizam nenhuma intervenção (Oliveira Junior & Maio, 2019). Uma das razões que leva à ausência de intervenção é o fato de as pessoas profissionais entenderem que a violência e a discriminação são normais, o que as leva a não tomarem iniciativas (Mota & Coimbra, 2021). Embora todas as pessoas participantes tenham citado pelo menos a intervenção verbal nos casos trazidos para discussão, é importante questionar se tal iniciativa aconteceria de fato no cotidiano escolar. Ademais, deve-se levar em consideração que muitas escolas negaram o convite à pesquisa e, mesmo dentre as escolas que aceitaram, muitas pessoas professoras optaram por não participar, tecendo comentários sobre a não relevância do tema de pesquisa.

Outra situação comum ao ambiente escolar, trazido em discussão por meio de um dos casos da vinheta, é o uso do nome social por parte de pessoas estudantes transexuais. Esta se mostra uma situação delicada, pois não há um consenso de manejo entre as pessoas professoras. Por um lado, as pessoas professoras podem legitimar socialmente a identidade das pessoas alunas por meio do uso de pronomes que elas desejem (Alves & Moreira, 2018), fato que se reflete no relato das pessoas entrevistadas ao adotarem o nome social durante as aulas e adoção do pronome solicitado pelas pessoas alunas ou então, como forma de minimizar a possibilidade de retaliações, usando de abreviações ao se referirem a elas. Todavia, as pessoas professoras também podem ser aquelas que colocam seus estudantes em situações vexatórias ao optar pela não utilização do nome social (Falcão, 2017). Diversas pessoas professoras, durante as entrevistas, relataram não adotar o nome social em suas aulas, deixando essa decisão a cargo da coordenação da escola ou então dos pais.

A negação da inclusão do nome social de pessoas trans nos registros escolares é uma das principais razões para seu afastamento do ambiente escolar, de forma que sua inclusão nos registros se configura em uma forma de inclusão social e aceitação. É aconselhável o uso do nome social na rotina escolar (Conselho Estadual da Educação do Rio Grande do Sul [CEEEd/RS], 2009), mesmo quando não incluído nos registros oficiais. Uma das pessoas professoras relatou ter anotado o nome social de uma estudante em seus cadernos, essa estratégia acaba por ser um recurso para não apenas lembrar-se do nome social, mas também de validação de sua identidade.

Ressalta-se que, ao se tratar do nome social, já existem orientações sobre como proceder em relação a pessoas estudantes transexuais. O Ministério da Educação, junto ao Conselho Nacional de Educação e Conselho Pleno (2018) trazem que pessoas alunas maiores de 18 anos podem requerer seu nome social sem necessidade de mediação e, menores de 18 anos, podem requerer o nome social assistidas pelos pais. Ademais, existem outras formas de garantir o acesso e permanência de pessoas estudantes LGBTQIA+ na escola, respeitando seus direitos. Algumas destas práticas são orientadas pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (2015), as quais incluem: uso do campo “nome social” nos formulários e sistemas da escola; uso de banheiros e vestiários de acordo com o gênero com o qual se identifica; uso do uniforme conforme sua identidade de gênero; e reconhecimento de sua identidade de gênero, independentemente de sua idade ou autorização dos responsáveis.

Por último, outra forma de manejo relatado pelas pessoas professoras foi a terceirização da responsabilidade de intervenção. É comum relegar tarefas que envolvam a diversidade sexual e de gênero para a direção, coordenação ou para a escola enquanto instituição, até mesmo para outros professores de outras disciplinas. Além dos discursos dos participantes, isso também pode ser visto na crença de que é

dever da escola a promoção de palestras, punição de quem pratica discriminação e trabalhar o tema como conteúdo pedagógico (Oliveira et al., 2014) e no uso de filmes como forma de evitar se aprofundar no tema, relegando ao filme essa função (Camargo & Araújo, 2013). O convite a profissionais externos à escola, como forma única de trabalho para com sexualidade e diversidade sexual e de gênero, também é uma forma de terceirização de abordagem de tais temáticas.

Além disso, existem diversos fatores que impedem ou, no mínimo, dificultam que as pessoas professoras consigam manejar de forma minimamente adequada questões relativas à diversidade sexual e de gênero na escola. Tais fatores se mostraram presentes não apenas neste estudo, mas também na literatura científica. O adoecimento mental dos professores é influenciado por fatores como ansiedade, desgaste emocional e sofrimento decorrente do trabalho (Campos & Viegas, 2021). Ou seja, as pessoas professoras se encontram em um cenário de dificuldades emocionais decorrentes do contexto laboral na qual estão inseridas, cujos efeitos se refletem diretamente na qualidade de seu trabalho, além de gerar desmotivação para desenvolver projetos de temáticas transversais, tais como sexualidade e diversidade sexual e de gênero.

Porém, tais dificuldades não são apenas emocionais, pois também envolvem a intensificação da quantidade de trabalho em relação à preparação de aulas e materiais pedagógicos, avaliação dos alunos, sobrecarga de trabalho, pressão e ameaças constantes (Viegas, 2022). Nas pessoas entrevistadas, essa sobrecarga se faz presente por meio da quantidade extensa de trabalho burocrático pela qual são responsáveis. Muitos desses documentos e registros, segundo uma das professoras, além de serem repetitivos por reterem a mesma informação, acabam não sendo usados para nada na prática. Em relação à pressão a qual estão submetidas, ela não vem apenas da escola, mas dos pais e das pessoas estudantes também. Além disso, contata-se ambiguidade em seu papel enquanto docentes, pouco apoio social, exposição à violência e baixos níveis de autonomia e autoeficácia em sala de aula (Trevisan et al., 2022). A falta de autonomia em sala de aula se configura como uma das principais barreiras no trabalho das pessoas professoras, uma vez que sofrem pressão por parte de diversos atores (i.e. escola e pais de pessoas estudantes) sobre conteúdos que devem abordar ou não em suas aulas.

Quando se leva a diversidade sexual e de gênero em consideração, o cenário se torna ainda mais complicado. Diversas pessoas professoras possuem medo e insegurança para trabalhar este tema em suas aulas (Camargo & Araújo, 2013; Castro & Reis, 2019; Mota & Coimbra, 2021; Oliveira & Dias, 2019; Silva & Schwendler, 2022), além do medo da reação dos pais (Silva & Schwendler, 2022) e das possíveis consequências (Mota & Coimbra, 2021). Isso reflete a vulnerabilidade e a falta de autonomia relatada pelas pessoas entrevistadas. Deste modo, além de não saberem como manejar tais situações no cotidiano escolar, também não encontram na escola uma fonte de suporte ou apoio, sendo que a própria instituição pode ser uma fonte de censura, pressão e sobrecarga.

Além disso, a ascensão das minorias sociais traria o questionamento do poder político, econômico e social do homem branco cis, de forma que se busca impossibilitar a identificação com a ideologia mercantil (Afonso-Rocha, 2023). O Brasil em sua história foi palco para diversos esforços de cura para a diversidade sexual e de gênero e as escolas, por sua vez, também participaram desse processo. As tentativas de cura e conversão nas escolas ocorreram e ocorrem por meio de aulas de educação religiosa, sessões de aconselhamento ou conversas com a diretoria (Fróes et al., 2022).

Tão importante quanto o manejo e prática das pessoas professoras no exercício de sua profissão é o seu entendimento de qual é a sua função enquanto docentes. Por meio da fala das pessoas

entrevistadas, se torna nítido que sua percepção da função docente se resume apenas na transmissão de conteúdos técnicos e teóricos. Essa percepção é, muitas vezes, construída desde a graduação. Licenciandos de Matemática acreditam serem função das ciências humanas, e não deles, trabalhar temas como a diversidade sexual e de gênero (Guse et al., 2020).

Sobre questões envolvendo violência, há a crença de que trabalhar os casos de violência é função apenas da direção, coordenação e da polícia (Monzeli & Kobi, 2018). Essa crença pode ser fruto da própria graduação que prioriza os conteúdos específicos da área e não as questões que emergem com as pessoas estudantes, deixando implícito que um bom professor é aquele que domina todo o conteúdo de sua área (Castro & Reis, 2019). Na fase de convite às pessoas professoras para participarem do estudo, muitas apresentaram não ter interesse no tema ou não o considerar relevante. Uma das falas que se destacou foi “Eu não trabalho com isso” ao se referir a alunos LGBTQIA+ e à diversidade sexual e de gênero. Nesta fala, fica implícito que não é sua função trabalhar com estudantes LGBTQIA+ ou, então, que não é função das pessoas professoras trabalharem tais temáticas.

Há duas dimensões presentes na prática docente, sendo elas o saber disciplinar e o saber político, um deles estando interligado ao outro (Rocha & Curado-Silva, 2023). A transmissão de conhecimentos e habilidades é função das pessoas professoras, porém ela não se limita apenas a isso, também sendo seu dever a promoção do pensamento crítico, a criatividade e a inteligência emocional (Galvão & Casimiro, 2023). Possuem papel no desenvolvimento de competências socioemocionais para a formação integral dos alunos, formar alunos críticos e reflexivos e que sejam capazes de lidar com os desafios sociais (Costa Júnior et al., 2023). Não obstante, o respaldo legal da Educação, mais especificamente a Lei de Diretrizes de Bases, estabelece que a Educação deve abranger os processos formativos para a prática social e preparar os jovens para o exercício de sua cidadania (Brasil, 1996). Desse modo, entende-se que a Educação deve preparar as pessoas estudantes para a sua cidadania, ou seja, o exercício de seus direitos e de sua participação política e social, o que não pode ser feito quando não são trabalhados ou abordados temas e fenômenos sociais que fazem parte da vida em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi o de conhecer a percepção de pessoas professoras de Ensino Médio acerca da diversidade sexual e de gênero na adolescência. Para isso, foi realizada uma entrevista semiestruturada com discussão de cinco casos com 10 pessoas professoras de Ensino Médio. Diante dos resultados, conclui-se que não há consenso entre as pessoas entrevistadas sobre determinados conceitos e nem sobre a forma de intervenção diante das demandas das pessoas estudantes.

Percebe-se que as pessoas professoras possuem conhecimentos básicos a respeito de conceitos como orientação sexual, identidade de gênero e sexualidade, mesmo que muitas ainda não saibam nomear estes conceitos e até mesmo apresentando confusão entre eles. Em relação ao preconceito e discriminação, há o entendimento de que podem se apresentar de diferentes formas, não somente a agressão física, mas por meio de piadas, brincadeiras e xingamentos. A discriminação também parte das pessoas professoras que reproduzem o preconceito em espaços que vão além da sala de aula.

Apesar de não se sentirem preparadas para trabalhar temas como a diversidade sexual e de gênero em sala de aula, as pessoas professoras que o fazem abordam o conteúdo por escolha própria. Todavia, muita dessa abordagem se mostra limitada a aspectos biológicos ou a comentários esporádicos feitos em sala de aula. Dentre os recursos que podem ser utilizados para trabalhar a diversidade sexual e

de gênero estão livros didáticos e de ficção, filmes, música, artes plásticas, vídeos e canais do YouTube, textos, tirinhas e charges, notícias, internet, brainstormings, fóruns, dinâmicas, estatísticas e cartazes. Outros recursos incluem o desenvolvimento de projetos, cursos, palestras, reuniões pedagógicas e a formação de grupos extraclasse para a discussão de temas diversos.

Diante de episódios de violência, as intervenções se mostram limitadas à intervenção verbal. Não existem intervenções mais abrangentes por parte das pessoas professoras ou por parte da escola, como discussões ou conscientização, elas se limitam a movimentos pontuais.

Situações envolvendo o nome social de pessoas estudantes transexuais demonstraram reações diversas. Enquanto algumas respeitam e utilizam o nome social de seus estudantes, outras dão preferência ao nome de registro. Orientações da instituição de ensino levam às pessoas professoras a não adotar o nome social.

Para não manejar ou trabalhar tais questões diretamente, a terceirização da responsabilidade é uma ação frequente. Geralmente essa tarefa é delegada à direção, coordenação ou então às pessoas professoras de Biologia ou da área de Humanas. Além de profissionais da escola, a terceirização ocorre para profissionais externos, como palestras por profissionais da área da Saúde (i.e. médicos, enfermeiros e psicólogos) ou à polícia quando há violência.

Desse modo, entende-se que as pessoas professoras não sabem como manejar questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Dentre os fatores que dificultam ou impedem que tais temáticas sejam abordadas em sala de aula e manejadas de forma adequada estão: a sobrecarga das pessoas professoras; excesso de atividades burocráticas (i.e. registros e documentações); sentimentos de medo e insegurança; pressão da escola, pais e pessoas alunas; priorização da agenda de conteúdo didático; censura da própria instituição de ensino; e diferença entre o que foi aprendido na graduação e a realidade escolar.

Quanto aos documentos legais, as pessoas professoras demonstram conhecer determinadas documentações (i. e. ECA, LDB, PPP e BNCC). Porém, não sabem trazer de modo mais explícito seu conteúdo, demonstrando não possuírem um conhecimento mais específico sobre os respaldos legais da Educação.

Os resultados evidenciaram uma forte necessidade da atualização e estudo contínuos das pessoas professoras, de modo a prepará-las para lidar com a diversidade sexual e de gênero presente no ambiente escolar e ampliar sua percepção de violência e LGBTfobia, permitindo identificar e intervir em casos de discriminação. É necessária formação técnica a fim de desenvolver comportamentos para lidar de modo adequado com demandas de pessoas estudantes LGBTQIA+ na escola. Ademais, é necessária uma revisão dos currículos dos cursos de licenciatura, de modo a preparar os futuros docentes para a realidade da sala de aula, indo além de uma simples formação conteudista. A forma de abordagem e intervenção quanto à violência e à discriminação precisam ser revistas, não devendo se limitar apenas a situações pontuais e momentâneas, mas trabalhadas de modo contínuo ao longo de todo o ano letivo.

Como limitação desta pesquisa, ressalta-se o tema trazido de forma explícita, entendendo-se que apenas as pessoas professoras que considerem o tema importante se voluntariaram. Assim, sugere-se que estudos futuros sejam realizados na forma de pesquisa encoberta, permitindo que a percepção ou não da discriminação parta inteiramente das pessoas professoras. Sugere-se estudos com grupos focais, de modo que a entender a percepção de pessoas professoras que acreditam que a diversidade sexual e de gênero não deva ser abordada em sala de aula.

Outra limitação é o fato de apenas pessoas professoras do ensino público terem participado da pesquisa. Dessa maneira, sugere-se que estudos futuros sejam conduzidos com pessoas professoras de escolas de ensino privado a fim de entender como são percebidas e manejadas questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero por profissionais da rede privada. O foco no Ensino Médio se apresenta como mais uma limitação da pesquisa. Sugere-se então que sejam conduzidos estudos com pessoas professoras dos Ensino Infantil e do Ensino Fundamental, de forma a entender como percebem e manejam demandas relacionadas à diversidade sexual e de gênero de crianças LGBTQIA+.

Como devolutiva da pesquisa à sociedade e às escolas, foi desenvolvida uma cartilha abordando a diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Essa cartilha contempla conceitos como: identidade de gênero, orientação sexual, sexo biológico e LGBTfobia. Ademais, fornece orientações práticas, para cada disciplina, sobre como trabalhar a diversidade sexual e de gênero em sala de aula. Além disso, também traz orientações para manejar demandas de pessoas alunas LGBTQIA+ na escola, como o nome social, uso de banheiro por pessoas alunas transexuais e a LGBTfobia. A cartilha pode ser acessada em xxxxx (o link será disponibilizado após a revisão a fim de não revelar a identidade das pessoas autoras).

REFERÊNCIAS

- Afonso-Rocha, R. (2023). Brasil: deixando de ser país de viado? Análise do discurso da ideologia de gênero no cis-hétero-bolsonarismo. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 1(39), e22205. [https://www.scielo.br/j/sess/a/Mq3NJwv4WGBjCw9nCcnTTGv/?lang=pt#:~:text=Este%20ensaio%20assim%20define%20o,crist%C3%A3o%20\(Cunha%2C%202020\).](https://www.scielo.br/j/sess/a/Mq3NJwv4WGBjCw9nCcnTTGv/?lang=pt#:~:text=Este%20ensaio%20assim%20define%20o,crist%C3%A3o%20(Cunha%2C%202020).)
- Altmann, H. (2013). Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latino Americana*, 1(13), 69-82. <https://www.scielo.br/j/sess/a/psXJs4Jh86t9JRjbr6QPtdj/?format=pdf&lang=pt>
- Alves, C. E. R., & Moreira, M. I. C. (2018). Educação, nome (social) e políticas públicas: o caso Nazaré, uma estudante transexual na escola. *Educação em Foco*, 21(34), 103-123. https://www.researchgate.net/profile/Claudio-Alves-4/publication/327796781_EDUCACAO_NOME_SOCIAL_E_POLITICAS_PUBLICAS_O_CASO_NAZARE_UMA_ESTUDANTE_TRANSEXUAL_NA_ESCOLA/links/5cab6a4092851c64bd5824b4/EDUCACAO-NOME-SOCIAL-E-POLITICAS-PUBLICAS-O-CASO-NAZARE-UMA-ESTUDANTE-TRANSEXUAL-NA-ESCOLA.pdf
- Barreto, L. C., & Santos, J. D. F. (2021). Com quantas cores se forma uma docência? desvelando a homofobia no espaço escolar. *Revista Binacional Brasil-Argentina*, 10(1), 455-472. <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/8826/5811>
- Beauvoir, S. (1967). O segundo sexo: A experiência vivida. Difusão Européia do Livro.
- Brasil. (1985). *Lei no 7.398*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17398.htm
- Brasil. (1988). *Constituição Federal de 1988*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (1990). *Lei no 8.069*. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf

- Brasil. (1996). *Lei no 9.394*. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Brasil. (2015). *Lei no 13.185*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/13185.htm
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 31(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Braun, V. & Clarke, V. (2022). Conceptual and design thinking for thematic analysis. *Qualitative Psychology*, 9(1), 3-26. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7429720/mod_resource/content/2/Braun%20%20Clark_Conceptual%20and%20design%20thinking%20for%20thematic%20analysis_2022.pdf
- Camargo, F. P., & Araújo, R. P. (2013). Qual o lugar do gênero e da diversidade sexual na escola? *Caderno de Gênero e Tecnologia*, 7(25-26), 31-67. <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6093/3744>
- Campos, M. F., & Viegas, M. F. (2021). Saúde mental no trabalho docente: um estudo sobre autonomia, intensificação e sobrecarga. *Cadernos de Pesquisa*, 28(2), 417-437. <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13270/9175>
- Castro, R. P., & Reis, N. (2019). "Eu comecei a dar uma aula mais biológica mesmo, porque é bem polêmico": currículo de Ciências e Biologia e os atravessamentos de diversidade sexual e de gênero. *Ensino em Revista*, 26(1), 16-39. <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/48426/25883>
- Cerqueira, D., & Bueno, S. (Coord.) (2024). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea e FBSP. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf#page=5.99>
- Ciribelli, C. J. M., & Rasesa, E. F. (2019). Construções de sentido sobre a diversidade sexual: Outro olhar para a educação infantil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(1), 1-15. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/pWwzQ3kfq4hXbNGtY8Y3nnM/?lang=pt>
- Conselho Estadual da Educação/RS. (2009). *Parecer no 739/2009*. <https://ceed.rs.gov.br/parecer-n-0739-2009>
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais. (2015). *Resolução no 12/2015*. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>
- Costa Júnior, J. F., Oliveira, C. C., Sousa, F. F., Santos, K. T., Silva, M. I., Gomes, N. C., Torres Júnior, J. H., & Amorim, T. F. (2023). Os novos papéis do professor na educação contemporânea. *Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, 6(1), 124-149. <https://reben.emnuvens.com.br/revista/article/view/99/93>
- Falcão, K. J. (2017). Nome social de estudantes travestis e transexuais: caminhos para uma pedagogia trans-formadora. *Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade – Igarapé*, 5(1), 218-241. <https://periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/2495/1988>

- Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. (2024). *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. FBSP. <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/content>
- Francisco, T. J., Mendes, S. A. F., & Meira, A. C. G. A. (2019). Gênero, sexualidade e diversidade na escola: resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido no Ifnmg, Campus Salinas. *Research, Society and Development*, 8(9), 1-11. <https://www.redalyc.org/journal/5606/560662200042/560662200042.pdf>
- Fróes, A., Bulgarelli, L. & Fontgaland, A. (2022). Entre curas e terapias: práticas de conversão sexual e de gênero no Brasil. São Paulo, SP: All Out e Instituto Matizes. [https://institutomatizes.com.br/wp-content/uploads/2022/09/All Out Instituto Matizes Informe Completo Entre Curas e Terapias.pdf](https://institutomatizes.com.br/wp-content/uploads/2022/09/All-Out-Instituto-Matizes-Informe-Completo-Entre-Curas-e-Terapias.pdf)
- Galvão, M. R., & Casimiro, S. A. A. O. (2023). O papel do professor na escola: educação e transformação. *Revista Owl*, 1(2), 134-148. <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/47/52>
- Guse, H. B., Waise, T. S., & Esquinca, A. C. (2020). O que pensam os(as) em matemática sobre a sua formação para lidar com a diversidade sexual e de gênero em sala de aula? *Revista Baiana de Educação Matemática*, 1(1), e202012. <https://www.revistas.uneb.br/index.php/baeducmatematica/article/view/9898>
- Madureira, A. F. A., & Branco, A. U. (2015). Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Trends in Psychology*, 23(3), 577-591. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n3/v23n3a05.pdf>
- Matta, T. F., Taquette, S. R., Souza, L. M. B. M., & Moraes, C. L. (2021). Diversidade sexual na escola: Estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(11), 1-13. <https://www.scielo.br/j/csp/a/DtFf3qtxMDdtkQnRvfSq4D/?format=pdf&lang=pt>
- Ministério da Educação; Conselho Nacional da Educação; & Conselho Pleno. (2018). *Resolução no 1/2018*. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192
- Mishra, P., Close, K. (2020). The value of school. *ECNU Review of Education*, 3(3), 576-583. <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2096531120926687>
- Monzeli, G. A., & Kobi, E. C. (2018). Diferenças e diversidades na escola: violências vivenciadas por professores e estudantes no ensino médio nas escolas de Vitória – ES. *Revista Interinstitucional de Terapia Ocupacional*, 2(4), 763-779. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/18122>
- Mota, G. B., & Coimbra, R. M. (2021). Reflexão sobre os saberes de professores(as) do interior do sudoeste paulista acerca da diversidade sexual no cenário pedagógico. *Revista Diversidade e Educação*, 9(2), 347-401. <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13588/9302>
- Neves, A. L. M., Sadala, K. Y., Silva, I. R., Teixeira, E., Ferreira, D. S., & Silva, F. A. (2015). Representações sociais de professores sobre diversidade sexual em uma escola paraense. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 19(2), 261-269. <https://www.scielo.br/j/pee/a/9G4YkKrxFmjyGL6ZffQZkkv/?lang=pt>

- Neves, A. L. M., Silva, I. R., Sadala, K. Y., & Ferreira, D. S. (2012). Concepção sobre diversidade sexual: Um estudo entre professores de uma escola pública de uma cidade na Amazônia. *Revista Metáfora Educacional*, 1(13), 1-18. https://www.researchgate.net/publication/305046366_CONCEPCAO_SOBRE_DIVERSIDADE_SEXUAL_UM_ESTUDO_ENTRE_PROFESSORES_DE_UMA_ESCOLA_PUBLICA_DE_UMA_CIDADE_NA_AMAZONIA
- Oliveira, A. L., & Dias, A. F. (2019). Discursos de gênero, corpo e sexualidade no colégio de aplicação da Universidade Federal de Sergipe. *Revista e-Curriculum*, 17(2), 492-519. <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/33209/29028>
- Oliveira Júnior, I. B., & Maio, E. R. (2019). Não veja, ouça ou fale: Zarus presentes nos discursos docentes sobre diversidade sexual e homofobia. *Revista Educação*, 42(1), 96-106. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/29906/17869>
- Oliveira, X. F., Godoi, M. R., & Santos, L. N. (2014). A opinião dos professores de Educação Física do Ensino Médio sobre a homossexualidade e a homofobia na escola. *Pensar a Prática*, 17(14). <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/31368/17762>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2013). *Respostas do setor de educação ao bullying homofóbico: Boas políticas e práticas em saúde e HIV* (Caderno 8). UNESCO.
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). Desenvolvimento psicossocial na adolescência. In *Desenvolvimento Humano* (12 ed., pp. 420-449). AMGH.
- Pereira, F. V. M., & Cavalcante, J. H. A. (2021). Identidades de gênero, diversidade sexual e enfrentamento à LGBTfobia nas aulas de língua inglesa. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, 7(1), 293-314. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/54781/37156>
- Reis, T. (2015). Diversidade sexual, educação e estade da arte. In *Homofobia no ambiente educacional: o silêncio está gritando* (1 ed., pp. 27-154). Appris.
- Rios, P. P. S., & Dias, A. F. (2020). Currículo, diversidade sexual e gênero: tecendo reflexões sobre a formação docente. *Research, Society and Development*, 9(10), e1999107573. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7573/7519>
- Rocha, D. R., & Curado-Silva, K. A. P. C. (2023). Os sentidos políticos atribuídos à função social da escola pelos professores iniciantes de carreira. *Roteiro*, 48(1), e 2177-6059. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9254022>
- Santos, E. (2019). Education as a social right and school as a rights protection space: an analysis in light of the Brazilian education legislation. *Educação e Pesquisa*, 45(1), 1-14. <https://www.scielo.br/j/ep/a/8pQkJ9rFx8cLKswHFWPfvTG/?lang=em&format=pdf>
- Silva, A. R. P., Mascarenhas, S. A. N., & Correa, P. H. T. (2021). Entre falas e práticas: uma escola para todos e todas? *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, 14(43), 138-152. <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/12026/7847>
- Silva, L. O., & Schwendler, S. F. (2022). Gênero e sexualidade na escola do campo: desafios e possibilidades da prática docente. *Horizontes*, 40(1), e022035. <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1349/653>

- Silva, J. C. P., Cardoso, R. R., Cardoso, A. M. R., & Gonçalves, R. S. G. (2021). Diversidade sexual: Uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(7), 2643-2652.
<https://www.scielo.br/j/csc/a/TCJ6mXyyK4pB94FDNhcjZZc/?format=pdf&lang=pt>
- Souza, E. J., Silva, J. P., & Santos, C. (2014). Diversidade sexual na escola: Uma análise das representações sociais de educadores/as. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 11(25), 389-422.
[http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/841-3950-1-PB%20\(texto%20complementar\).pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/841-3950-1-PB%20(texto%20complementar).pdf)
- Souza, E. J., Silva, J. P., & Santos, C. (2015). Homofobia na escola: As representações de educadores/as. *Trends in Psychology*, 23(3), 635-647. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-64900>
- Souza, E. J., Silva, J. P., & Santos, C. (2016). Diversidade sexual e homofobia na escola: (Des)conhecimento e vivências de docentes. *Revista Educação em Questão*, 54(41), 111-138.
<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/10160/7356>
- Trevisan, K. R. R., Cruz, R. M., Dalagasperina, P., Ariño, D. O., & Steil, A. V. (2022). Revisão sistemática internacional sobre agravos à saúde mental de professores. *Avances em Psicología Latinoamericana*, 40(1), 1-15. <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v40n1/2145-4515-apl-40-01-8.pdf>
- Todos pela Educação. (2021). *Anuário da Educação Básica*.
https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf
- World Health Organization [WHO]. (1986). *Young people's health – a challenge for society*. Geneva: WHO.
https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/41720/WHO_TRS_731.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Viegas, M. F. (2022). Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação do trabalho de professoras da educação básica. *Educação e Pesquisa*, 48(1), e244193.
<https://www.scielo.br/j/ep/a/7Jx7mQXpBGZp5CLgcW94WHy/?format=pdf&lang=pt>
- Zucchetti, D. T. (2011). A inclusão escolar vista sob a ótica de professores da escola básica. *Educação em Revista*, 27(2), 197-218.
<https://www.scielo.br/j/edur/a/5kytXZXhmQcxzSDDRdnBg4L/?lang=pt>

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Autor 1 – Participação ativa no projeto de pesquisa, condução das entrevistas, análise dos dados e escrita do artigo final.

Autor 2 – Participação ativa no projeto de pesquisa, na análise dos dados e revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.